

APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL À VARIANTE DA VILA DAS
CAPELAS, ILHA DE SÃO MIGUEL
FASE DE PROJECTO BASE

1. INTRODUÇÃO

O atual Estudo de Impacte Ambiental (EIA) ao empreendimento “Variante à Vila das Capelas” entrou na Direção Regional do Ambiente (DRA), Autoridade Ambiental, no dia 5 de setembro de 2011, data que corresponde ao início do presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Na sequência desta receção e de acordo com o definido no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA), foi constituída a respectiva Comissão de Avaliação (CA), nomeada pelo Diretor Regional do Ambiente, na qualidade de Autoridade Ambiental, e formada pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados:

- Direção de Serviços de Monitorização, Avaliação Ambiental e Licenciamento (DSMAAL), que preside à CA, representada por Carlos Faria que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Filipe Pires e assumirá a componente da Participação Pública;
- Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), representada por Isabel Castanho;
- Direção de Serviços de Recursos Hídricos (DSRH), representada por Carlos Medeiros;
- Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres (DRETT), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Natália Silva.

O suporte digital do EIA foi disponibilizado na rede informática interna da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar aos técnicos que integram a CA pertencentes à DRA, enquanto o representante da Entidade Licenciadora teve acesso a este através do conjunto de documentos constante no processo de licenciamento do projeto.

Não foi realizada qualquer reunião física dos elementos da CA, tendo o assunto sido discutido entre os vários representantes com recurso aos meios informáticos e de telecomunicações disponibilizados pela Administração Regional, de modo a se elaborar o presente parecer sobre a conformidade do EIA com a legislação em vigor e os objetivos pretendidos com a Consulta Pública a realizar no procedimento de AIA.

Assim, na sequência dos contatos nos moldes acima referidos foi possível a emissão do seguinte documento conjunto.

2. APRECIÇÃO GERAL DO EIA

O teor do presente EIA na sua generalidade já era do conhecimento da CA, pois resultou da evolução de um anterior que foi declarado desconforme, sobretudo por a sua elaboração ter sido enquadrada no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, que à data do início do procedimento já não se aplicava aos Açores e o ruído ter sido caracterizado com base no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro que já fora substituído na Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho, à data da realização do Estudo.

Assim, verifica-se que o EIA agora em apreciação não só foi estruturado de modo a enquadrar-se com os diplomas em vigor nos Açores, como a sua equipa teve em consideração os vários aspetos referidos no parecer da CA então emitido.

O atual EIA está na generalidade estruturado de acordo com as diretrizes constantes no Diploma AILA, apresentando os documentos obrigatórios e outras peças e anexos que os seus autores consideraram necessários para a avaliação do empreendimento, de tal modo que a CA está de acordo com a estrutura apresentada.

O EIA refere que foi efetuado ao Projeto Base do empreendimento, fase que é equiparada a Anteprojecto na terminologia do Diploma AILA, pelo que à eventual emissão de uma DIA condicionalmente favorável a versão final do projeto fica sujeita à verificação das condições impostas através da análise pela CA do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução.

Verifica-se que ocorreu um erro na legendagem de figuras e quadros do Relatório Síntese, apesar de esta situação gerar uma frase impertinente e transversal aos vários capítulos em torno daquelas estruturas, não compromete a conformidade do EIA.

Também se detetou alguns problemas de formatação de texto, sobretudo em termos, científicos, apesar de tal por vezes provocar alguma perturbação na leitura, não compromete a conformidade do EIA.

Os resultados das apreciações dentro da CA aos diferentes conteúdos dos documentos serão expostos pormenorizadamente ao longo dos vários pontos a seguir do presente parecer de conformidade.

3. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS

3.1 – Estudo de Impacte Ambiental – Relatório Síntese (RS)

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

O EIA neste ponto apresenta genericamente o empreendimento, o seu enquadramento na legislação AILA e as entidades envolvidas no procedimento de AIA e no licenciamento do projeto, não havendo imperfeições no conteúdo deste capítulo que mereçam ser corrigidas neste parecer.

Capítulo 2 – OBJECTIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Neste capítulo, são expostas as características genéricas do empreendimento pretendido, a sua necessidade e integração na rede viária da ilha de São Miguel. O capítulo termina com uma descrição sobre a conformidade do projecto com os instrumentos de gestão territorial. Nada a corrigir neste capítulo do EIA.

Capítulo 3 – DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Neste capítulo, o EIA descreve com detalhe a solução em apreciação, desde a sua localização, as características geométricas do traçado e considerações gerais nos vários domínios que integram o projeto, até à caracterização dos impactes esperados na fase de obra e de exploração.

A CA não apresenta nenhuma outra proposta de alteração a este capítulo do EIA.

Capítulo 4 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Geologia, Geomorfologia e Hidrologia – As imperfeições detetadas neste factor ambiental não comprometem os objetivos do EIA, pelo que nada há a acrescentar.

Clima – Neste ponto apresentam-se genericamente os principais parâmetros que caracterizam o Clima dos Açores e da Área de Estudo com base nos dados das estações meteorológicas e climatológicas mais próximas e nos elementos disponibilizados pelo projeto CLIMAAT.

A CA considera que os elementos descritos são suficientes para as necessidades de avaliação dos impactes ambientais do empreendimento.

Solos e RAR – O EIA faz uma análise às características do solo na Ilha de São Miguel com base na Carta de Capacidade de Uso do Solo dessa mesma Ilha. Em seguida, apresenta a classificação dos solos existentes no corredor em estudo, com base na Capacidade de Uso de Solo e segundo classes e sub-classes.

Neste fator ambiental o EIA expõe ainda, o enquadramento do projeto no regime da Reserva Agrícola Regional.

A CA considera os elementos fornecidos suficientes para a avaliação dos impactes do empreendimento.

Uso Atual do Solo – O EIA apresenta neste fator ambiental uma caracterização do uso atual do solo ao longo do corredor afeto ao projeto de Via.

A CA não tem propostas de alteração a fazer à caracterização apresentada a este fator ambiental.

Recursos Hídricos – De um modo geral, o EIA foca os aspetos a ter em conta no local em estudo. Embora não seja diretamente comprometido o objetivo de caracterização da área de estudo, existem erros de identificação de entidades e é considerado no EIA que não existem redes de monitorização dos recursos hídricos da Região, o que não está correto, esclarecendo-se que tal afirmação só poderá ser considerada para a área de estudo, não obstante existir uma rede de monitorização representativa na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, e embora não comprometa a análise efetuada posteriormente, é dado ênfase a uma “linha de água não classificada”, paralela à ligação à Vila de Capelas. Um reconhecimento mais eficiente da área de estudo poderia ter levado à identificação da mesma como Grota da Cadima, a qual, aliás, corresponde à maior bacia hidrográfica da área de estudo, e atravessa o aglomerado urbano mais populoso da mesma.

Qualidade do Ar – O EIA, com base em dados de campanhas de avaliação dos parâmetros de qualidade do ar, identificação das fontes de poluição e simulações de dispersão de poluentes, apresenta uma caracterização adequada aos objetivos pretendidos nesta fase do procedimento, não havendo propostas de alteração a expor.

Ambiente Sonoro – A caracterização deste fator ambiental foi revista e atualizada face ao exposto no Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. Verifica-se que apesar dos parâmetros na situação de referência não terem sofrido variações, as estimativas para o futuro no Quadro 4.35 sofreram algumas alterações que podem vir a refletir-se na adoção das medidas de mitigação do ruído.

A CA considera que foi realizada a necessária adequação da caracterização do ruído às exigências do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho.

Componente Biológica – Os Serviços competentes sobre este fator ambiental não integram a CA, por o corredor estudado não ficar incluído em qualquer área sensível desde já é possível referir o seguinte:

Verifica-se que foi feita a atualização dos termos taxonómicos e CA informa que existem pelo menos naturalmente duas espécies de morcego nos Açores.

Componente Social – O Relatório faz algumas alterações à caracterização apresentada, embora continue a expor uma listagem extensa de dados sócio-económicos disponíveis, o seu conteúdo embora possa tornar-se muito extenso não compromete a avaliação dos impactes do projeto.

Planeamento e Gestão do Território – O EIA apresenta uma síntese do enquadramento legislativo dos instrumentos de gestão territorial no País e Região Autónoma do Açores. Aborda de forma resumida a estrutura do povoamento e rede urbana, bem como, a rede rodoviária no concelho de Ponta Delgada. Apresenta ainda, o enquadramento da área afectada à via projectada nos vários Instrumentos de Gestão Territorial em vigor. Por último, menciona e enquadra o projecto da via nas Servidões Administrativas e nas Restrições de Utilidade Pública, que são atravessadas pela mesma.

A CA considera suficientes os elementos propostos não exigindo alteração para este ponto do EIA nesta fase, mas chama-se a atenção para o facto de que não são apresentados em anexo, quaisquer declarações/justificações relativas à ocupação das Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública.

Todavia, como o empreendimento se encontra em fase de Projeto Base, aquando do RECAPE podem ser apresentadas tais justificações, as quais deverão ser emitidas pelas entidades administrantes dessas mesmas condicionantes. No caso da Reserva Ecológica, informa-se que de acordo com o nº 3 do artigo 21º do Decreto-Lei 166/2008, de 22 de agosto, as infraestruturas públicas, nomeadamente as rodoviárias sujeitas a declaração de impacte ambiental favorável ou condicionalmente favorável, são dispensadas do reconhecimento de interesse público da ação. Porquanto esta lacuna não compromete a conformidade do EIA e pode transitar-se neste procedimento para a Consulta Pública.

Paisagem – Algumas das correções em termos taxonómicos efetuadas na Componente Ecológica não se refletem neste ponto do EIA, todavia tal situação não compromete a conformidade do documento.

No que se refere aos restantes elementos apresentados, embora possam ser questionáveis alguns critérios utilizados, na generalidade, existem elementos suficientes que permitem apreciar os impactes mais significativos do projeto.

Capítulo 5 – ANÁLISE DE IMPACTES AMBIENTAIS

O EIA expõe os critérios seguidos para a avaliação dos impactes esperados em consequência da implementação do empreendimento sobre os vários fatores ambientais considerados no capítulo anterior, quer durante a fase de construção, quer na de exploração do projeto.

A CA não se pronuncia sobre a magnitude e significância dos impactes considerados no EIA antes da Consulta Pública, para não influenciar os interessados, limitando-se neste parecer a detectar eventuais imperfeições e a apresentar dúvidas de aspetos que pareçam não estar fundamentados.

Geologia, Geomorfologia e Hidrologia – Ao nível da geologia e da geomorfologia os comentários aos impactes são feitos aquando do parecer final da CA. Apesar do nome do fator ambiental, foi transferido para os Recursos Hídricos a análise dos impactes nas águas subterrâneas.

Recursos Hídricos – Os métodos de análise são aceitáveis.

Foi considerada a presença de mais uma nascente no corredor em avaliação e o EIA procura responder às considerações efetuadas anteriormente pela CA ao nível da dimensão de algumas passagens hidráulicas.

Tendo em conta o declive geral da área, e a existência de vários aglomerados populacionais a jusante, reitera-se que a avaliação dos impactes deveria incluir uma avaliação dos efeitos da impermeabilização e da construção das passagens hidráulicas sobre as áreas urbanas e infra-estruturas hidráulicas existentes a jusante. Esta análise poderá ser desenvolvida em RECAPE.

Qualidade do Ar – O Quadro da página 62 que expõe as atividades com emissões de poluentes na fase de construção não inclui as relacionadas com a central de asfalto e as operações de colocação do asfalto, que são reconhecidamente produtoras de vários poluentes muito percepcionados pelos cidadãos situados na vizinhança, aspeto que é reconhecido ao longo do texto no ponto 5.7.2.

O EIA, após referir que os poluentes mais significativos para a fase de exploração são o monóxido de carbono e o dióxido de azoto, bem como partículas, hidrocarbonetos e óxidos de enxofre, justifica depois na metodologia de classificação dos impactes porque só considera os dois primeiros compostos.

A CA considera que a avaliação dos impactes no EIA teria ficado mais se tivesse considerado todos os poluentes significativos para a fase de exploração, embora tal não comprometa a Consulta Pública.

Ambiente Sonoro – O EIA perspetiva e avalia os impactes em termos de poluição sonora ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho tendo em consideração os recetores sensíveis mais próximos.

Verifica-se que com as pequenas alterações em termos de parâmetros acústicos face ao diploma de ruído regional implicou algumas variações em termos de magnitudes e significâncias de impacto.

Tendo em conta que os impactes deste fator ambiental são sobretudo avaliados com base em modelações estimadas, mas que fica sujeito a um plano de monitorização desde o início da fase de exploração, considera-se que estão reunidas condições para este poder ser sujeito à Consulta Pública.

Capítulo 6 –MEDIDAS DE MITIGAÇÃO AMBIENTAL

O EIA propõe neste capítulo as medidas que os seus autores consideram convenientes para reduzir os impactes negativos ou potenciar os positivos, introduzindo atualizações face às alterações anteriormente efetuadas.

A CA normalmente não se pronuncia em concreto sobre as medidas propostas no EIA antes da Consulta Pública para não influenciar potenciais interessados, contudo, reconhece que muitas das recomendações expostas neste capítulo são de carácter genérico ou de difícil fiscalização por ser inviável uma demonstração eficaz do seu cumprimento ou não de forma a se tornarem eficazes mesmo que consideradas numa Declaração de Impacte Ambiental.

Capítulo 8 – MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

Recursos Hídricos – As metodologias propostas para o presente plano parecem adequadas.

Ambiente Sonoro – O plano apresentado foi atualizado face ao novo enquadramento legal deste factor ambiental no presente relatório, ao longo do texto surge várias vezes referência ao Decreto Legislativo Regional n.º 33/2010/A, sendo evidente que é um lapso dado tratar-se do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 Junho. Este lapso não compromete a leitura e compreensão do programa.

Sistemas Ecológicos – O plano para este fator ambiental deverá ser apreciado com maior pormenor na consulta às entidades onde será auscultado o Serviço com a competência da Conservação da Natureza, após a consulta às entidades competentes na sequência da declaração de conformidade de um EIA ao presente empreendimento.

Capítulo 10 – CONCLUSÕES

Tendo em conta o referido anteriormente a CA não se pode pronunciar sobre a consistência de várias conclusões do presente EIA.

3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

O RNT reflecte o conteúdo do RS incluindo as atualizações de enquadramento legal do procedimento de AIA e do fator ambiental “ambiente sonoro”.

Relativamente à sua estrutura, embora possua algumas novas imagens e algumas simplificações no texto, o RNT continua a apresentar textos muito extensos que

dificultam a sua leitura a quem não está familiarizado tecnicamente com estes processos.

A CA mantém que o RNT, mais do que apresentar de uma forma sucinta o RS, deve ser um documento com linguagem simplificada e acessível a qualquer cidadão, incluindo os que possuem apenas a escolaridade mínima obrigatória, residente não só no meio urbano, como também no rural.

Os aspetos focados nos anteriores parágrafos não estão bem conseguidos neste RNT, contudo não possui erros graves, nem uma linguagem de tal forma inacessível que comprometa a conformidade do EIA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES

Face ao acima exposto, a CA considera que o Relatório Síntese embora não esteja perfeito, não apresenta erros que comprometam a sua conformidade ambiental com o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de Novembro.

O Resumo Não Técnico, embora possua alguma linguagem pouco acessível a todos os cidadãos, reflete o conteúdo do Relatório Síntese.

A CA considera que no seu conjunto o Estudo de Impacte Ambiental possui informação e qualidade suficiente para se poder declarar adequado a ser exposto na Consulta Pública do presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

Assim, ao abrigo do exposto no número 1 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de Novembro, a Comissão de Avaliação emite um parecer favorável à conformidade do Estudo de Impacte Ambiental ao projeto base “Variante à Vila de Capelas”.

Horta, 29 de Setembro de 2011

P’la Comissão de Avaliação

Carlos Faria
(DSMAAL)